



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

MESTRADO

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO NO EIXO SUL-SUL: LIMITES, DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS**

**JOSÉ CAETANO ALVES NETO**

SETEMBRO – 2013



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

MESTRADO EM

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO NO EIXO SUL-SUL: LIMITES, DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS**

**JOSÉ CAETANO ALVES NETO**

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM RAMOS SILVA**

SETEMBRO – 2013

## RESUMO

Esta dissertação pretende estudar a atuação do Brasil dentro da cooperação internacional, mais especificamente a cooperação técnica, no eixo sul-sul. Através de uma abordagem histórica, mostra-se a evolução do Brasil dentro da cooperação internacional, assumindo uma nova postura dentro de uma lógica sul-sul, priorizando a chamada cooperação horizontal, e como as transformações que ocorreram no cenário global após a década de 50 foram definitivas para essa mudança. Algumas abordagens teóricas servem como base para esse câmbio na atitude da política externa brasileira. A prática mostra um envolvimento do país com diversas ações bilaterais, multilaterais e organizações internacionais, visando uma assistência técnica para países em desenvolvimento, objetivando a criação de capacidades e formação de estruturas próprias nos mesmos. Há um foco em criar um contraponto entre o discurso oficial em relação a cooperação internacional prestada pelo Brasil, e aquilo que realmente de fato ocorre, explicitando limites e entraves que prejudicam o pleno funcionamento da mesma. Objetiva-se ainda não só evidenciar essas incongruências, como também propor alternativas e soluções que venham a contribuir de maneira positiva para uma maior eficácia do apoio oferecido pelo Brasil no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul, Agência Brasileira de Cooperação, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Retórica, Novo Doador Internacional;

## **ABSTRACT**

This thesis has the goal of studying the role of Brazil in international cooperation, specifically technical cooperation, in the south-south axis. Through a historical approach, it shows the evolution of Brazil in international cooperation, assuming a new position in the south-south cooperation, prioritizing the so called horizontal cooperation, and how the changes that have occurred after the 50's decade in the global scenario were definitive for this change. Some theoretical approaches serve as the basis for this exchange in the attitude of Brazilian foreign policy. The practice shows a country's involvement with various bilateral and multilateral actions, and also with international organizations, with a special approach towards technical assistance for developing countries, aiming at capacity building and creation of their own structures in. There is a focus on creating a counterpoint between the official discourse regarding international cooperation provided by Brazil, and what actually does occur, expliciting boundaries and barriers that hinder the full operation.. Another goal is to not only highlight these inconsistencies, but also offer alternatives and solutions that contribute in a positive way to greater effectiveness of the support offered by Brazil in international cooperation for development.

Keywords: South-South Cooperation, Brazilian Cooperation Agency, International Cooperation for Development, Retic, New International Donor;

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todas as pessoas envolvidas, diretamente ou indiretamente no meu processo de aprendizado.

Agradeço a minha mãe, que sempre foi uma inspiração e minha base para tudo com seu carinho e amor incondicional.

Agradeço a minha irmã querida, tão diferente e ao mesmo tempo tão parecida comigo, sempre apoiando e estando presente nos momentos em que precisei. Te Amo miquinha.

Ao meu querido pai, sem o qual nada disso seria possível. Sempre me orientando pelos caminhos da honestidade e em princípios, que me moldaram na pessoa que sou hoje. Sempre reforçando o valor do conhecimento e do saber, e sempre me apoiando em minhas decisões. Meu eterno agradecimento Tiozão.

Um super agradecimento a toda a família This Is Lisbon Hostel, por terem me dado uma oportunidade e me abrirem uma porta. Muito mais do que um trabalho, sinto-me parte de algo que levarei comigo para o resto da vida. Obrigado a todos pelo companheirismo e apoio nas horas que precisei.

Também um agradecimento especial a todos os professores que me orientaram durante todos esses anos, em especial ao meu Orientador Professor Joaquim Ramos Silva, por não me deixar desistir nos momentos de dúvida ou incertezas. Um agradecimento especial ao Professor Pedro Raposo, pela ajuda imensurável, pela paciência e pela disponibilidade, sempre com a maior boa vontade e atenção.

Aos colegas do mestrado, as queridas Catarina, Rita, Mafalda, Paula, e em especial Maria, eterna companheira das madrugadas e longas noites de insônia, pela extrema paciência e boa vontade com a qual me ajudou ao longo destes dois anos, pela amizade e pelo carinho.

Aos inúmeros companheiros de apartamento, AR-4 e AR-6, que ao longo do tempo se tornaram minha família. Faço questão de citar nome a nome, tenho certeza que valerá um sorriso em cada um. Os queridos Adrien, Breo, Sônia, Irene, Raul, Sara, Aslak, Isa, Enrique, Quentin, Cosi, Octavie, Benhamin, Dani, Olga, Salka, Ewinha, Chris Big Boy, Alberto, Sandra, Rut, Marta, Aitana, Alvaro e muitos outros amigos ao longo desta jornada. Meu eterno amor por todos.

# ÍNDICE

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
2.1 A Cooperação Internacional pós Segunda Guerra Mundial.....	13
2.2 Os Anos 70 e a Nova Pluralidade da Cooperação Internacional.....	14
2.3 A Agência Brasileira de Cooperação e um Novo Paradigma: Organização Institucional e Competências.....	16
<b>3 O HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
3.1 Histórico da Cooperação Técnica.....	18
3.2 A Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.....	20
<b>4 A ATUAÇÃO DO BRASIL DENTRO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E UM NOVO POSICIONAMENTO.....</b>	<b>23</b>
4.1 O Brasil Como Receptor e as Expectativas Existentes.....	24
4.2 Uma Mudança no Papel do Brasil Dentro da Cooperação Internacional....	26
<b>5. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS...32</b>	
5.1 Um Panorama Oficial da Cooperação Sul-Sul no Brasil.....	35
5.2 A Cooperação Sul-Sul em Números.....	36
5.3 Os Limites da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento.....	39
5.4 A Cooperação Brasileira na Atualidade: Discurso x Prática.....	45
<b>6.CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>52</b>

## GLOSSÁRIO

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AOD	Assistência Oficial para o Desenvolvimento
CBPD	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento
CGPD	Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CNAT	Comissão Nacional de Assistência Técnica
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CTPD	Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ODM	Objetivos do Milênio
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SUBIN	Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
WTO	World Trade Organizations

# 1. INTRODUÇÃO

A cooperação internacional, historicamente, apresenta-se como objeto transformador do contexto sócio-econômico<sup>1</sup> de diversas nações. Sendo assim, à medida que ocorrem transformações nas relações entre os diversos atores internacionais, percebe-se uma mutação igual, ou maior no *modus operandi* da mesma.

O objetivo desta dissertação é analisar a transformação da cooperação internacional no Brasil, demonstrando como o país deixa de ser um receptor, na ótica das agências internacionais de cooperação, e passa a se posicionar como exportador de conhecimentos no eixo sul-sul, em parceria com diversos países. No âmbito deste trabalho, o foco principal de análise é a cooperação técnica internacional, baseada na troca de conhecimentos e de boas práticas, não destacando as relações envolvendo transferências de recursos ou empréstimos.

Procura-se fazer uma evolução histórica da mesma dentro do Brasil, dando atenção especial à sua evolução na lógica da política externa, e como passa a ter maior valor dentro da estrutura oficial do governo brasileiro. Relaciona-se essa mudança de posição com uma nova ordem internacional, onde países em desenvolvimento tem um protagonismo crescente, e também com teorias que justificam essa transição. Busca-se ainda expor algumas debilidades que existem atualmente no processo em que a cooperação internacional é conduzida, destacando aspectos que ainda podem evoluir,

---

<sup>11</sup> Este trabalho não segue o acordo ortográfico da língua portuguesa e foi escrito de acordo com a norma

contrapondo algumas questões entre o discurso oficial e o que se vê na realidade.

Por se tratar de um tema relativamente novo dentro do mundo das relações internacionais, e mais especificamente, dentro da cooperação internacional, é um tema extremamente desafiante de se trabalhar, pela sensação de pioneirismo e inovação do seu caráter, ao mesmo tempo em que constitui um desafio, uma vez que não existe uma vasta gama de materiais à disposição.

A falta de debates mais profundos acerca do tema pode ser identificada a partir da carência de teoria das relações internacionais que tratem diretamente desse tema. Percebendo que os paradigmas pluralistas aceitam a participação de outros atores internacionais que não sejam estatais nas relações internacionais, utilizou-se a mesma como embasamento teórico para este trabalho.

Uma das motivações para desenvolver esse tema foram os dois anos que passei trabalhando na Coordenação de Cooperação Bilateral e Redes de Cidades, da então Secretaria Municipal de Relações Internacionais do município de Salvador da Bahia, onde percebi o potencial da cooperação internacional, mas também os entraves que existem. Durante os dois anos, houve contato direto com estruturas da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, uma vez que Salvador apresentava experiências positivas em diversas áreas, como o tratamento da Anemia Falciforme, ou ainda a matrícula informatizada da Rede Municipal de Ensino, que pensou-se replicar em cidades irmãs, como Luanda ou Maputo, e que contaria com o apoio da ABC. Muitas

das impressões expostas e críticas feitas em relação à ABC e ao modelo brasileiro de cooperação derivam desta experiência, bem como as sugestões propostas.

Buscando uma melhor compreensão, o trabalho está subdividido em seis seções. O capítulo 2 destina-se a fazer um enquadramento histórico da cooperação internacional no Brasil, em qual contexto surge, e como se desenvolve entre 1950 e 2010, passando por mudanças e sofrendo influências do contexto internacional em sua construção, até chegar a década de 90, onde analisa-se uma maior participação de países em desenvolvimento dentro desse processo.

O capítulo 3, delimita a cooperação técnica no âmbito nacional, conceituando e esclarecendo alguns pontos teóricos, mostrando de que forma o país passa a dar maior valor a essa modalidade, que se consolida através da criação de uma nova estrutura operacional dentro da ABC, enfatizando a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CGPD.

No capítulo 4, o principal objetivo é fazer uma definição teórica a respeito da mudança do papel do Brasil dentro do eixo da cooperação Sul-Sul, demonstrando através do uso de Teorias de Cooperação Internacional e de Teorias de Relações Internacionais o porquê da nova posição como doador, e o que levou o Brasil a esse novo papel dentro da cooperação internacional.

O capítulo 5, e último, mostra, via-de-regra, como se dá a chamada Cooperação Sul-Sul – CSS no Brasil, delimitando sua atuação, destacando ainda o novo relatório da ABC que trata esse tema, trazendo a tona dados e

números relevantes para estudar essa modalidade. O capítulo ainda faz uma análise crítica da CSS, onde são expostas algumas fragilidades e problemas que impedem a sua atuação de maneira profícua. São ainda formuladas algumas sugestões para maximizar a eficiência da CSS do Brasil, garantindo um futuro longo e próspero.

## **2. HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL**

A primeira tentativa de criação de um sistema internacional de cooperação, dentro do Brasil, deu-se na década de 50 com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica - CNAT uma junção de diversas secretarias e órgãos governamentais, incluindo a Secretaria de Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores – MRE e de Ministérios Sociais.

Até chegar ao atual ponto de amadurecimento da cooperação técnica no Brasil, atingido através da ABC, a cooperação brasileira passou por diversas etapas, de forma institucional, pragmática e teórica. Com o fim da CNAT, em 1969, a Cooperação Técnica Internacional – CTI passou a ser responsabilidade da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do MRE. Durante esse período, verificou-se um aumento significativo da quantidade de programas e projetos de cooperação internacional, tendo o Brasil como parte receptora, e organizações internacionais e países desenvolvidos como a parte doadora.

A cooperação internacional tornou-se uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento brasileiro. Segundo Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2003), a transferência de conhecimentos aprimora as políticas econômicas e a distribuição de recursos nos países que a recebem. Fortalece ainda a capacidade técnica das instituições e da administração, aumentando a efetividade do capital. Transfere renda em situações onde o mercado falha, assegurando as necessidades básicas das camadas mais pobres.

## 2.1 A Cooperação Internacional pós Segunda Guerra Mundial

Pode-se considerar como marco inicial para uma nova configuração da cooperação internacional o pós II Guerra Mundial, e a nova percepção que os países passam a ter de temas econômicos, e como passam a ter grande valor dentro da sua agenda internacional. Vemos ainda que o pós II Guerra alia a interação desses temas com uma crescente preocupação pela manutenção da paz e pela capacidade dos países em garantir a reconstrução e a possibilidade de desenvolvimento dos países menos industrializados.

A II Guerra Mundial “marca o nascimento de uma nova perspectiva de cooperação internacional. Com o deslocamento das áreas de tensão mundial e as mudanças no próprio relacionamento internacional, o tema desenvolvimento e cooperação internacional se convertem em alvo de debates globais” (AZEVEDO AZI, 2009, p.12). Os governos passam a dar maior atenção ao nível de desenvolvimento econômico e social, sobretudo, a questões relacionadas a melhoria das condições de vida das populações

Para Sachs (1994), nos países em desenvolvimento, a cooperação só aparece como uma opção lógica uma vez que seja uma adição para alcançar soluções satisfatórias, sempre que de acordo as suas próprias necessidades e carências.

É nesta conjuntura que vemos um acréscimo da cooperação multilateral, apoiado em grande parte pela consolidação dos programas<sup>2</sup> das Nações

---

<sup>2</sup> Consideramos por Programas o conjunto de relações oficiais de cooperação entre o Brasil e os mais diversos organismos internacionais, não confundindo com os Projetos. Os programas são uma aglomeração de Projetos, que passam pelo mesmo crivo de aprovação acompanhamento e avaliação dos projetos de cooperação técnica.

Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e para a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Estes programas possibilitaram em grande parte o financiamento, implementação e contratação de especialistas que desenvolveram áreas estratégicas através dos mais diversos projetos nos países em desenvolvimento.

Baseado nas especificidades de cada modalidade de cooperação, dentre a financeira, técnica, científica e a tecnológica, sendo que cada uma aborda áreas e possui objetivos diferentes, levaram ao uso maior ou menor de um ou outro mecanismo de apoio. No caso da CTI houve um maior interesse pela sua própria característica de “transferência de conhecimentos sem qualquer conotação comercial, foi dada ênfase à consultoria especializada, ao treinamento/capacitação de pessoal e à complementação da infra-estrutura disponível na instituição recipiendária.” (ABC, 2008)

## **2.2 Os Anos 70 e a Nova Pluralidade da Cooperação Internacional**

Durante a década de 70 e até meados da década de 80, o comando da cooperação internacional no Brasil tinha duas subdivisões. A primeira era a divisão do MRE, responsável pelo aspecto político dos acordos de cooperação internacional. A segunda subdivisão era a Subsecretaria de Cooperação Econômica e técnica internacional - SUBIN, desempenhando as funções de caráter técnico.

Foi a partir de 1973 que “no âmbito interno, assiste-se à progressiva

convicção de que o Brasil deveria aproveitar a experiência adquirida com a cooperação técnica para fazer dela, além de um instrumento de desenvolvimento interno, também uma ferramenta de política exterior”. Puente (2010, p. 103)

Em 1974 foi criada a Unidade Especial para Cooperação Técnica para o Desenvolvimento - CTPD no âmbito do PNUD, iniciando-se os estudos para o fomento a essa modalidade de cooperação. Em 1978, as diretrizes elaboradas foram propostas na Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento e suas recomendações aprovadas na forma do Plano de Ação de Buenos Aires - PABA<sup>3</sup>. O PABA foi sem dúvida, o marco de maior significado para esse diálogo entre países em desenvolvimento.

As Nações Unidas desenvolveram e fomentaram o conceito da CTPD ou cooperação horizontal, em contraponto à cooperação Norte - Sul, a medida que os Programas da ONU encontram seu espaço nas políticas internacionais de desenvolvimento, fortalecidas pelo acúmulo de experiências positivas dos países em desenvolvimento, que poderiam ser aplicadas em outros países com realidades semelhantes, levou

Com o passar dos anos, a CTI assume um papel maior dentro da agenda internacional brasileira, exigindo uma reformulação dos organismos nacionais competentes pela mesma, sendo assim, em 1987, a SUBIN é extinta, ao mesmo tempo em que é criada a ABC, parte integrante da Fundação

---

3 O Plano de Buenos Aires, em 1998, trouxe a tona a discussão, a nível internacional, da construção de metas e responsabilidades relacionadas ao meio-ambiente e sustentabilidade global, inclusive com políticas reparadoras e transferência de tecnologias.

Alexandre Gusmão, vinculada ao MRE.

## **2.3 A Agência Brasileira de Cooperação e o Paradigma Atual: Organização Institucional e Competências**

A ABC foi amadurecendo e melhorando sua estrutura, até mesmo na ampliação de sua finalidade, que inicialmente se restringia a operar programas de cooperação técnica em todas as áreas do conhecimento, a nível nacional e internacional.

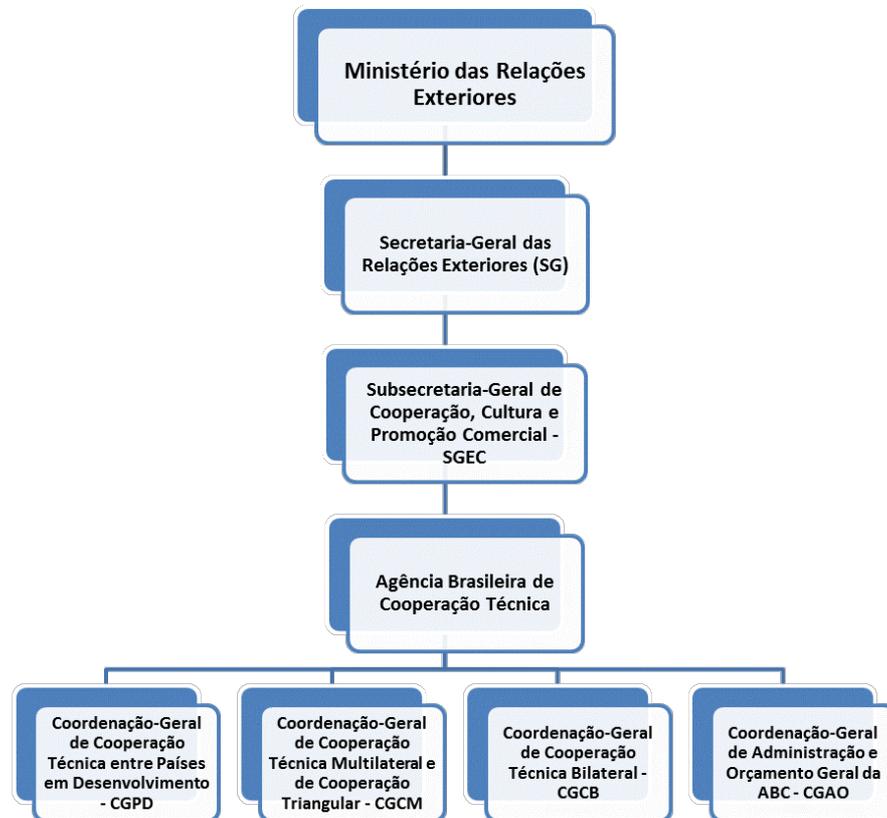
O novo paradigma consiste justamente na ampliação da esfera de atuação da cooperação brasileira, até o ponto futuro que será tratado ao longo da dissertação onde há um câmbio dessa posição dentro do contexto internacional, bem como dos princípios que orientam essa atuação.

Como forma de basear suas ações e atingir os objetivos propostos, a ABC “se orienta pela política externa do MRE e pelas prioridades nacionais de desenvolvimento, definidas nos planos e programas setoriais de Governo.” (ABC, 2013)

Após a mais recente estrutura operacional em 2010, a ABC fica dividida em quatro coordenações: Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral , Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral e de Cooperação Triangular, Coordenação Geral de Administração e Orçamento Geral da ABC, que pode ser melhor entendido no Organograma 1, demonstrando como a reformulação da estrutura prioriza as novas formas de cooperação, como a CSS e a cooperação triangular, ambas relativamente

pioneiras, nomeadamente através da criação da CGPD e da CGCM.

Organograma 1



Fonte – Agência Brasileira de Cooperação (2013)

## **3 . O HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL E A AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO**

Na definição oficial da ABC, o Brasil entende a CTI como uma opção estratégica de parceria, que representa um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social.

### **3.1 Histórico da Cooperação Técnica**

O termo assistência técnica foi utilizado pela primeira vez na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, que a definiu como “a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.” (ABC, 2013)

Substituindo o termo assistência técnica por cooperação técnica em 1959, a Assembléia Geral da ONU entendeu que o termo definia uma relação onde não existem lados desiguais, mas parceiros que trocam interesses mútuos.

Desta forma, tem-se como definição oficial que a CTI “configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Para contribuir para o processo de desenvolvimento sócio-econômico, a CTI enseja

a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançar-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes”. (ABC, 2013)

Entendia-se que o cerne do problema do desenvolvimento era a falta de instituições capacitadas, responsáveis pelo planejamento e execução de políticas públicas. Nesse contexto, a cooperação internacional surge como peça chave para a construção de capacidades institucionais, ou *institution building*<sup>4</sup>, sempre com a expectativa de que os países receptores tivessem no futuro essas áreas já consolidadas, e passíveis de serem replicadas em outras realidades.

Para Cabral e Weinstock (2010), a cooperação técnica brasileira costuma ser praticada através de projetos individuais, ainda assim, a ABC atualmente segue uma tendência em apoiar projetos a longo prazo, que podem ser reproduzidos em larga escala, com mais recursos financeiros e uma perspectiva mais complexa, são os chamados projetos estruturantes. A primeira dessas iniciativas foi a Cotton 4, lançada em 2006, em uma parceria entre o Brasil e quatro países africanos envolvidos nas iniciativas da World Trade Organization - WTO relacionadas a algodão: Mali, Burkina Faso, Benin e Chade.

---

4 Ao contrário de projetos pontuais, cujos resultados não são tão abrangentes, os projetos de cunho estrutural oferecem mais de uma vantagem: maior impacto social e econômica na comunidade da cooperação, maior sustentabilidade dos programas/projetos, Programas e projetos com abordagem estrutural possuem como característica as iniciativas que possam desenvolver capacidades individuais e institucionais com resultados sustentáveis.

### **3.2 A Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento**

As ações da CGPD fazem parte da política externa oficial do país. Utilizando-se desta ferramenta o Brasil utiliza-a para assegurar presença econômica e política, de maneira positiva e crescente em países e regiões de interesse primordial. Podemos citar como exemplo a atuação até no Oriente Médio, que também passa a ser um dos focos e um novo território para a assistência técnica do Brasil, com um aumento das atividades da ABC.

A política externa brasileira, em grande parte como extensão da visão pessoal do atual Ministro da Defesa e ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, e do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, durante os seus dois mandatos entre 2002 e 2010, deu maior ênfase e espaço à CSS, observando as possibilidades em estreitar laços, buscando ser uma ferramenta para alcançar um desenvolvimento sustentável, e a elevação do nível e da qualidade de vida das populações com mais justiça social.

Vale ainda ressaltar que tradicionalmente, a política externa oficial do Governo Brasileiro, incluindo também a sua política oficial para o Desenvolvimento, segue estritamente o princípio da não-intervenção em outros países. Mesmo assim, percebe-se que em questões envolvendo a liderança militar em missões de paz, como no caso do Haiti, o país possui uma posição mais flexível. De acordo com o German Development Institute (2010), existem três pontos que tornam esta posição aceitável:

- 1- Existência de uma crise humanitária;
- 2- Demanda partindo do país receptor, quando há conflito militar;

3- Quando existe a clara ausência de um Governo.

A CBPD feita pela CGPD se faz “pela transferência de conhecimentos técnicos e experiência do Brasil, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos. Para tanto se vale dos seguintes instrumentos: consultorias, treinamentos e a eventual doação de equipamentos”.(ABC, 2013)

O Brasil possui um importante acervo de conhecimentos técnicos e soluções imaginativas alcançadas ao longos anos, garantidas pelas condições internas ideais para o desenvolvimento, que podem ser aplicados em países com carência de recursos e de *know-how*. A estratégia maior da cooperação técnica prestada pelo Brasil, que não é assistencialista, não tem fins lucrativos nem pretensões comerciais, está centrada no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção de conhecimentos sejam efetivas.

Através da construção de instituições já consolidadas nos setores de desenvolvimento social, gestão pública, agricultura e outras, o Brasil encontra-se em posição de levar a frente suas funções em um nível de excelência. Em grande parte deve-se a um trabalho realizado com países parceiros e organizações internacionais há mais de cinco décadas.

Podemos citar como exemplo a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz, que possui reconhecimento internacional na produção de vacinas e no combate à doenças tropicais, e que deve em muito esse fato ao histórico de cooperação ao longo do século XX com instituições como a Louis Pasteur na França.

Ao amadurecer a idéia de uma relação de cooperação simbiótica, onde

ambas as partes possuem responsabilidades e compartilham esforços, o Brasil desenvolve um novo conceito de parceria para o desenvolvimento. Prioriza-se uma relação mais igualitária, onde através de uma ótica coletiva, “as iniciativas propostas são avaliadas à luz do impacto e do alcance sobre as comunidades receptoras. Esse procedimento implica aprimorar mecanismos de negociação, avaliação e gestão dos projetos, a fim de enquadrá-los às prioridades nacionais.” (ABC, 2013)

## **4 A ATUAÇÃO DO BRASIL DENTRO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E UM NOVO POSICIONAMENTO**

Para explicar uma mudança do papel brasileiro dentro da cooperação internacional existem algumas teorias econômicas e das relações internacionais que ajudam a entender esse processo, quer na denominação quer em suas características, já que é uma construção histórica, sofrendo influências de diversas mudanças e alterações estruturais dentro do contexto da cooperação internacional, bem como dentro do contexto do posicionamento global de muitos países.

Para entender o novo papel do Brasil dentro da cooperação internacional, é preciso fazer uma retrospectiva e entender o papel que era exercido antigamente, como o processo da cooperação atuava dentro do âmbito nacional, e quais eram as expectativas, tanto pelo lado do doador quanto pelo lado do receptor, em relação a sua eficácia e eficiência, e de que modo isso poderia atuar para o desenvolvimento local e para a criação de capacidades próprias para a gestão e criação de políticas desenvolvimentistas em diversas áreas, que futuramente seriam compartilhadas e multiplicadas em outra realidade.

A boa relação do Brasil com os países em desenvolvimento dentro do alinhamento Sul-Sul torna o país um fator de extrema importância dentro da cooperação internacional, configurando-se também como um dos principais motivos pelo qual o Brasil assume esse protagonismo dentro da CTI em um novo alinhamento, atendendo as expectativas dos parceiros doadores ao longo de todos os anos em que houve uma participação brasileira de coadjuvante no

cenário internacional.

Através de uma análise histórica, os paradigmas que sempre foram base para a cooperação internacional a partir da década de 50, demonstraram não serem suficientes para ultrapassar e superar as causas estruturais da pobreza e da fome no mundo, mais do que coadjuvantes, os países em desenvolvimento precisam se responsabilizar, propondo novas alternativas para a cooperação internacional.

#### **4.1 O Brasil como Receptor e as Expectativas Existentes**

Diversos trabalhos já se dedicaram a estudar, conceituar e analisar a cooperação internacional recebida pelo Brasil durante as décadas de 50 até o final da década de 80. Essa cooperação tinha um objetivo distinto da cooperação recebida hoje em dia. A cooperação recebida pelo Brasil após a década de 90 tem como objetivo a construção de competências, agindo em diversas áreas como agricultura, saúde, educação, estruturas governamentais, processos decisórios, etc.

Para Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2003), as mudanças pretendidas pela cooperação não eram simplesmente emergenciais, mas sim políticas estabelecidas a longo prazo, com raízes estruturais dentro das práticas que vinham sendo efetuadas no Brasil. É evidente que a cooperação internacional almejava dentro do desenvolvimento de aptidões mais do que isso, pretendia também um efeito de propagação dessas boas práticas, não resumindo ao âmbito do país receptor, mas também de toda uma rede de países vizinhos, e em diversas vezes em situação inferior.

A partir do momento em que se estabelece essa prioridade dentro da linha de cooperação internacional recebida pelo Brasil, percebe-se uma mudança no foco dos projetos a serem desenvolvidos. A construção de capacidades entendida como um fortalecimento das instituições nacionais, bem como a forma que uma interage com a outra no desenvolvimento de suas atividades, tornou-se ponto relevante da agenda brasileira e dos doadores na década de 90, quando ambos os atores perceberam a importância de se haver “uma coesão entre política, economia e desenvolvimento social” (OCDE, 2008). Uma educação de qualidade já não era o suficiente. Exigências passaram a ser feitas para um “pleno funcionamento da administração pública, bem como para a transparência dos procedimentos e dos sistemas” (PNUD, 2009). Vale ressaltar que as experiências do PNUD foram de vital importância para a criação de políticas próprias, no que tange esse assunto, e continuam sendo atuantes dentro do Brasil.

Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2003), ainda destacam o fato de que ao atuar em uma esfera local, uma das características da cooperação internacional é descentralizar o papel típico do Estado, tornando os processos decisórios uma construção entre os diversos órgãos que compõem a administração pública, permitindo um maior diálogo entre todos os atores presentes no processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento, como as Organizações Não Governamentais, onde o Estado age somente como parceiro, mas de fato não executa.

Esse processo pode muitas vezes levar a um quadro onde se percebe uma total ausência do Estado, deixando as políticas públicas a cargo da

cooperação internacional. Devido a esse fato, torna-se racional a idéia de que o Brasil passe a frente o seu know-how, uma vez que diversos países do eixo Sul-Sul apresentam uma realidade diferente, não atingindo o mesmo grau de desenvolvimento em áreas específicas.

## **4.2 Uma Mudança do Papel do Brasil Dentro da Cooperação Internacional**

Apontar um fato ou motivo específico que levou a esse câmbio de atuação do Brasil dentro da cooperação internacional é impossível, uma vez que entende-se essa mudança como uma construção histórica, derivando de todo um processo que se desenvolveu ao longo dos anos em que o Brasil assumia um papel de coadjuvante dentro das relações com os países desenvolvidos.

No entanto, algumas teorias e formulações ajudam a explicar e entender como se deu essa mudança, e porque ocorreu. Por diversas razões que serão explicitadas a seguir, parece que era inevitável para o Brasil assumir essa nova responsabilidade no âmbito da assistência técnica para países em desenvolvimento, mais especificamente dentro da cooperação internacional técnica Sul-Sul.

A década de 40 e o lançamento do Plano Marshall criaram uma expectativa de que os grandes montantes de transferência de recursos internacionais poderiam levar a um panorama em que esse mero fluxo de capital seria um fator determinante para o desenvolvimento local. Impera durante essa década o conceito do *trickle down*, basicamente o que ele afirma

é que os investimentos em infra-estrutura, e também em esferas macro levaria a um desenvolvimento social, uma espécie de movimento cíclico.

Esse pensamento influenciou de maneira direta no formato na qual a cooperação internacional era prestada, e ainda mais importante na expectativa com os objetivos a serem advindos dessa prática. Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (2003) ainda reforçam que ficou evidente que políticas desenvolvimentistas baseada no conceito de *trickle down*<sup>5</sup> eram ineficientes, já que essas políticas não desenvolviam de maneira alguma as capacidades próprias de um país, não buscando de nenhuma forma uma maior integração entre o social e o econômico, ou ainda entre políticas voltadas para exportação e políticas voltadas para a substituição de importações. Não era uma política inclusiva e não beneficiava todas as partes através do crescimento econômico, deixando claro que não era um elemento causador de mudanças estruturais dentro de um país.

Durante a década de 70, há uma reformulação das ações prestadas pela cooperação internacional, os modelos de desenvolvimentos passam a priorizar outro tipo de política, onde ocorre o *trickle up*. Maslow (1997) afirma que o *trickle up* é mais eficaz do que o *trickle down*, visto que investimento em camadas inferiores inspira uma maior circulação do capital, enquanto em camadas superiores inspira o acréscimo de poupanças.

Contextualizando para as relações internacionais, e mais especificamente para a CID, este tipo de política consiste no entendimento de que o investimento não deve ser feito nas camadas superiores buscando o

---

5 As políticas de *trickle down* ficaram célebres durante a administração de Ronald Reagan, e consistiam em isenções fiscais para o setor produtivo.

reflexo nas camadas básicas, mas sim um efeito contrário, buscando o desenvolvimento social nas camadas mais pobres, permitindo um crescimento próprio após alguns anos de assistência, causando mudanças fundamentais na sociedade e nas instituições governamentais, que levariam a benefícios na estrutura mais ampla de um país, permitindo futuramente a reprodução dessas práticas positivas.

Outra teoria que se mostrou bastante atual dentro da lógica da cooperação internacional desenvolvida a partir da década de 90 é uma vertente das teorias integracionais existentes dentro das teorias de relações internacionais, mais especificamente dentro de um caráter estruturalista e pluralista, já que são teorias que permitem uma diversidade maior de atores, além de estudarem os motivos por trás dos envolvidos nas relações internacionais.

A cooperação internacional é decorrente desse alinhamento de prioridades estabelecido pelos atores parceiros, onde é necessário haver um sentimento mútuo de benefício, uma vez que a cooperação trabalha muito a questão do ônus e do bônus, onde muitas vezes entende-se que ao país doador cabe apenas o ônus, e ao recebedor, o bônus. Entende-se que os efeitos da cooperação não se limitam apenas ao país recebedor, mas sim extrapolam os limites geográficos e se multiplicam dentro de uma nova lógica, assim como ocorre com o spillover.

O conceito de *spillover*, desenvolvido por Moravscik (2005), entende que a integração de determinada ação conduziria à integração de outras funções em um processo de intensificação da integração. Ou seja, “se no princípio se

integraram na Europa o carvão e o aço, isso levou à integração de outros bens e, por conseguinte, a integração desses outros bens criou a necessidade de instituições comuns, que criaram a necessidade de integração legal, e assim por diante.” (SARFATI, 2006, p.187).

Outro fator que contribui para uma mudança do posicionamento brasileiro dentro da cooperação técnica Sul-Sul é uma aproximação positiva existente com outros países envolvidos em processos de troca de experiência horizontais, especialmente com países africanos de descendência lusófona. Especialistas envolvidos em CSS temem o estabelecimento de uma relação vertical com os países desenvolvidos, entendendo-se países desenvolvidos como os doadores tradicionais da cooperação internacional.

Essa relação muitas vezes gera uma noção de regresso ao colonialismo latente que durante tanto tempo gerou uma dependência na administração pública de países em desenvolvimento, e alguns subdesenvolvidos. Dessa forma a cooperação brasileira aparece como uma excelente opção, já que o Brasil não tem esse histórico negativo com países africanos, por exemplo, mas sim um histórico similar.

Keohane (1984) discorda da pragmática *Hegemonic Stability Theory*, propondo que as organizações intergovernamentais seriam na verdade espaços avançados das burocracias nacionais, conceituando um novo multilateralismo que difere do Estado como ator básico dentro da teoria de cooperação internacional, mas sim uma relação entre nações, *international cooperation among nations*. O autor questiona o que levava a arranjos cooperativos em um mundo onde não havia mais uma hegemonia clara. De

acordo com o autor , “a cooperação não hegemônica é possível e facilitada por regimes <sup>6</sup> internacionais” (Keohane, 1984, p. 50).

O último fator a ser analisado como catalisador dessa nova postura é talvez mais consequência do que ato em si, no sentido de que é muito mais uma conformidade brasileira dentro da evolução natural da cooperação internacional, um evento onde o país não teve opinião, apenas adequou-se a uma nova realidade.

Para alguns dos principais doadores da cooperação internacional, o Brasil não mais se configura como um país apto para ser recebedor, uma vez que é considerado economicamente um país desenvolvido, estando posicionado entre as 10 maiores economias mundiais, e tendo uma “visibilidade cada vez maior dentro do cenário internacional, bem como um aumento significativo de sua importância como *global player*”.(OCDE, 2008)

Rossi (2011) afirma que o Brasil atualmente já inverteu os valores da cooperação internacional, e oferece mais ajuda internacional a outros países do que recebe de outros governos e agências internacionais multilaterais. Somente no âmbito da ONU, entre os anos de 2005 e 2009, o Brasil ofertou em contrapartida mais do que recebeu, as doações somaram o montante de US\$ 1.88 bilhões de dólares, enquanto recebeu US\$ 1.48 bilhões, corroborando o fato de que há uma mudança na situação do país, de recebedor a doador em um panorama regional e global através da CTPD.

O envolvimento brasileiro em parcerias para cooperação com países da América do Sul, Caribe e África demonstra ainda uma estratégia para buscar

---

6 Utiliza-se a noção clássica de regimes proposta por Krasner (1982)

um posicionamento mais atuante dentro das diversas esferas das organizações das Nações Unidas, bem como uma espécie de *lobby* internacional para causas que o Brasil pleiteia, como a sua inclusão no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo, o Brasil mostra-se relutante em aceitar princípios da Declaração de Paris<sup>7</sup>, que na sua visão carrega valores e conceitos impostos pelos antigos doadores de cooperação internacional do Norte. Ainda assim, é possível perceber que há valores em comum que são compartilhados com doadores da Europa, em particular a promoção da democracia e dos direitos humanos.

Segundo a publicação Via ABC de 2009, já havia uma atenção especial para o fato de que essa promoção do país a um nível de desenvolvimento mais elevado restringiu o seu acesso às fontes internacionais de financiamento para a cooperação técnica. Historicamente, o perfil dessa cooperação recebida evoluiu de ações de caráter assistencialista e de formação de infra-estrutura, nos anos 60 e 70, para ações de aprimoramento qualitativo e de inovação, nas décadas de 80 e 90. Atualmente, caracteriza-se pelo estabelecimento de parcerias efetivas mais equilibradas em termos de custeio.

---

7 Na Declaração de Paris(2005), doadores e parceiros identificaram 5 dimensões para uma ajuda mais eficaz: Harmonização, Alinhamento, Apropriação, Prestação de Contas/Responsabilização Mútua e Gestão para os Resultados. Em cada uma delas foram identificados compromissos com metas de concretização até 2010.

## **5. O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

O Brasil reúne um considerável acervo de tecnologias e conhecimentos que podem ser compartilhadas com outras nações, ainda mais dado o contexto em que surgiram, advindo de investimentos em instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, um dos expoentes mundiais em pesquisas agrícolas, que melhoram a qualidade das sementes, plantações e técnicas de cultivo, aumentando de maneira significativa os resultados das lavouras.

Os mecanismos da CSS demonstram que mesmo em contextos socioeconômicos desafiadores é possível realizar atividades de elevado valor para a população local, sempre que aliado à disposição e vontade política, uma vez que baseia-se no fortalecimento efetivo das capacidades locais, fortalecendo a apropriação e potencializando a autoestima das pessoas que se beneficiam de maneira direta e indireta dos programas e projetos.

Segundo Campos (2012), o conceito de Cooperação Sul-Sul surge dentro do contexto multilateral de órgãos como a United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD e da Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, e deriva da necessidade de uma maior igualdade entre as nações. Sua definição mais aceita, e mais atual, amplia o entendimento do tema ao referir-se a “todos os tipos de intercâmbio político e econômico entre países do sul, empresas e organizações da sociedade civil, incluindo comércio, investimento e tecnologia” (UN, 2010, p. 71).

No caso da cooperação técnica horizontal, ou Sul-Sul, a atuação do governo brasileiro é baseada principalmente pela missão de contribuir para o estreitamento dos laços com os países em desenvolvimento, colocando à disposição desses países as experiências já mencionadas anteriormente, seguindo sempre os princípios da não ingerência em assuntos nacionais, bem como a desvinculação de interesses comerciais e de fins lucrativos, compartilhando êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros, sem imposições, condicionalidades políticas ou objetivos políticos.

A troca de experiências em que consiste a CSS beneficia não somente os países recebedores, mas também os países doadores, já que é um processo em que há um câmbio mútuo de conhecimentos, e nenhum país possui tanta *expertise* em um assunto que não possa aprender algo mais. Em sua grande maioria, são ações especializadas, contando com a participação dos mais diversos órgãos e entidades públicas além de universidades e organizações da sociedade civil.

Através de alternativas que foram pensadas e criadas internamente, o Brasil tem ajudado países em situações semelhantes a superarem as barreiras que impedem o crescimento, seja através da doação de recursos em caso de emergências humanitárias e catástrofes naturais como remédios e alimentos ou através da cooperação técnica e participação em organizações internacionais multilaterais, sempre respeitando os princípios de soberania e autodeterminação.

A demanda para atuação conjunta entre Brasil e países desenvolvidos ou organismos multilaterais, demonstra o reconhecimento explícito da

excelência e efetividade operacional da CTI que vem sendo feita no país, além de ser um processo participativo, onde os países parceiros participam de todas as etapas. Há uma atenção especial desde a fase inicial de negociação, sempre adaptando e adequando as ações para as realidades e necessidades locais, entendendo que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre recebedores e doadores, mas sim de um modelo ainda em construção, que já tem consolidado características e princípios, mas ainda carece de maior sistematização.

Existe uma relação dualista entre o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento, compreendendo e sendo respeitado, em geral, pelos dois lados, ainda que algum tipo de rivalidade histórica ou regional possa pôr essa posição em xeque. Há de se ter um comprometimento sempre maior nas questões multilaterais e/ou regionais, o que pode trazer um equilíbrio a essa situação. Vale sempre reiterar que o Brasil compartilha os mesmos valores que os doadores tradicionais no que tange à democracia e os direitos humanos.

Os limites de recursos financeiros, materiais e de pessoal obrigou o Brasil a impor restrições em relação a quais tipos de cooperação poderiam ser levadas a cabo. De qualquer forma o governo brasileiro identificou mecanismos que otimizassem a mobilização de recursos humanos e materiais do país para o exterior. Sendo assim, “o resultado desses esforços alcançou êxito, o que fortaleceu a percepção de que se deveria seguir um caminho diferente àquele seguido pelos doadores tradicionais” (ABC, 2010), preferindo ações que se encaixavam dentro das realidades e expectativas dos países em desenvolvimento.

## 5.1 Um Panorama Oficial da Cooperação Sul-Sul no Brasil

A cooperação horizontal brasileira tem demonstrado resultados interessantes no apoio à redução de inequidades sociais e econômicas em outras nações, sempre apoiado em um histórico positivo de boas práticas e de experiências positivas, além da opção de replicar com sucesso boas práticas em outros países em desenvolvimento.

Para Campos (2012), apesar do destaque e do protagonismo do Brasil a frente de uma nova modalidade, há deficiências em relação a registros ou publicações de seus gastos em cooperação para o desenvolvimento internacional., os estudos que tratam do tema são poucos e basicamente não salientam os gastos, restringindo-se a relatórios de atividades ou de órgãos parceiros da estrutura do governo, enfrentando uma série de obstáculos para análises futuras, gerando em sua maioria relatórios que ficam limitados como documentos para consulta interna.<sup>8</sup>

Neste sentido, para superar um dos maiores obstáculos para o futuro da CSS, o Brasil concretizou um levantamento de suas atividades, realizado pela Agência Brasileira de Cooperação, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, organizando diversas reuniões com instituições participantes, aprofundando e consolidando o seu entendimento da cooperação internacional e das diversas modalidades que existem, possibilitando a criação de uma metodologia de trabalho.

Para realizar este estudo, necessitou-se uma definição comum a ser

---

8 De acordo com o Boletim de Economia e Política Internacional do Ipea de 2012, “mesmo os ministérios e órgãos que possuem tradição em registros sistematizados de gastos públicos, como o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, não possuíam até então registros panorâmicos e consolidados, sobretudo da parte não financeira com a cooperação técnica”.

usada e que serve de base para o levantamento de dados. A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional é “a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países, em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades das organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas”(ABC, 2010, p.11).

## **5.2 A Cooperação Sul-Sul em Números**

Durante o ano de 2010, foram levantados junto aos departamentos de cada órgão e entidade envolvida nos Projetos da ABC, apurando dados e consolidando números das entidades vinculadas ao governo federal, apurando um valor total de R\$ 2.898.562.873,49, entre os anos de 2005 a 2009, dividido entre as diversas modalidades de cooperação praticadas.<sup>9</sup>

Alcançando uma cifra de quase R\$ 2,9 bilhões, no período de 2005 a 2009, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional destina em torno de 76% em contribuições para organizações internacionais e bancos regionais, enquanto 24% deste total é destinado para assistência humanitária, bolsas de estudo e cooperação técnica, como ilustra a tabela 1.

---

<sup>9</sup> O período que pretendia-se inicialmente era de 2000 a 2009, mas revelou-se inviável pelo caráter pioneiro, e pela escassez de registros dos recursos.

Tabela 1

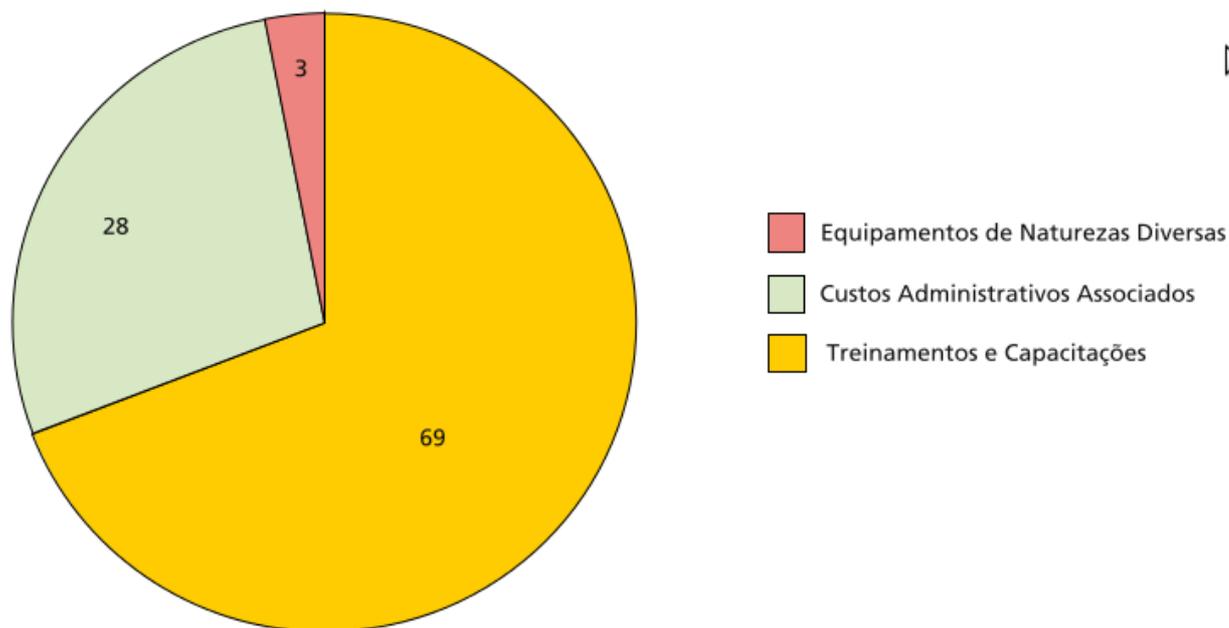
Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-1009									
(Em R\$ valores reais)									
	2005			2006			2007		
	R\$		% Em relação ao total	R\$		% Em relação ao total	R\$		% Em relação ao total
Assistência Humanitária	1.185.826		0,31	5.430.413		0,91	29.751.926		5,59
Bolsas de estudos para estrangeiros	56.104.205		14,6	55.494.798		9,34	52.737.745		9,9
Cooperação técnica	27.755.711		7,22	32.243.339		5,43	33.301.472		6,25
Contribuições para Organizações Internacionais	299.145.649		77,86	500.868.931		84,32	416.671.317		78,25
<b>Total</b>	<b>384.191.391</b>		<b>100</b>	<b>594.037.481</b>		<b>100</b>	<b>502.491.136</b>		<b>100</b>
	2008			2009			Total		
	R\$		% Em relação ao total	R\$		% Em relação ao total	R\$		% Em relação ao total
Assistência Humanitária	25.016.635		4,83	71.935.811		12,02	133.320.611		5,36
Bolsas de estudos para estrangeiros	59.433.614		11,46	36.755.295		6,14	260.525.656		9,8
Cooperação técnica	49.401.272		9,53	80.780.793		13,49	223.482.587		8,72
Contribuições para Organizações Internacionais	384.566.191		74,18	409.222.420		68,35	2.010.474.508		76,13
<b>Total</b>	<b>518.417.712</b>		<b>100</b>	<b>598.694.319</b>		<b>100</b>	<b>2.627.803.362</b>		<b>100</b>

Fonte – Própria. A tabela foi construída atualizando a tabela da ABC, porém em valores reais, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor – IPC de 2005, ajustado a cada respectivo ano, disponibilizado pelo IPEA.

O total dos recursos federais investidos em projetos e programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica durante o período em análise, ultrapassa os R\$ 252,6 milhões. O gráfico 1 ilustra o foco em atividades de treinamento e capacitação, que correspondem a quase 69% do total. Vale destacar ainda que os países de língua portuguesa recebem juntos 27% desse valor.

Gráfico 1

**Detalhamentos de recursos da Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica – 2005-2009**  
(Em %)



Fonte – Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento (2013)

Vale frisar que durante o período analisado, o montante destinado à assistência humanitária e a cooperação técnica registrou aumentos absolutos, passando de R\$ 28,9 milhões em 2005 (7,53% do total), para R\$ 184,4 milhões em 2009 (25,51%), sendo um sinal inequívoco do aumento da importância dessas modalidades dentro da nova estratégia oficial do Brasil para a cooperação internacional voltada para o desenvolvimento.

Ainda assim, grande parte dos gastos do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento são na verdade “extensões de políticas públicas setoriais e intersetoriais orientadas para o desenvolvimento nacional. Por exemplo, a cooperação do Brasil com um determinado país parceiro em doença falciforme, ou em construção de casa populares, ou em qualquer outro tema relacionado ao desenvolvimento nacional, espelha a experiência e o conhecimento

brasileiro acumulados no tema, e eventualmente traduzidos em políticas públicas internacionais.” (Campos, 2012; p. 14)

Também vale destacar que apesar das semelhanças entre Assistência Oficial para o Desenvolvimento - AOD, e a CBPD, existem alguns itens em que há diferenças teóricas, e que precisam ser explicitadas, uma vez que o levantamento não analisa a AOD.

Segundo a ABC (2010), enquanto a AOD é caracterizada por possuir um grau de condicionalidade igual ou maior do que 25%, a CBPD considera apenas recursos oferecidos totalmente a fundo perdido, da mesma forma que a AOD apenas contabiliza os recursos financeiros para as organizações multilaterais do Norte, enquanto a CBPD considera também as organizações internacionais do Sul.

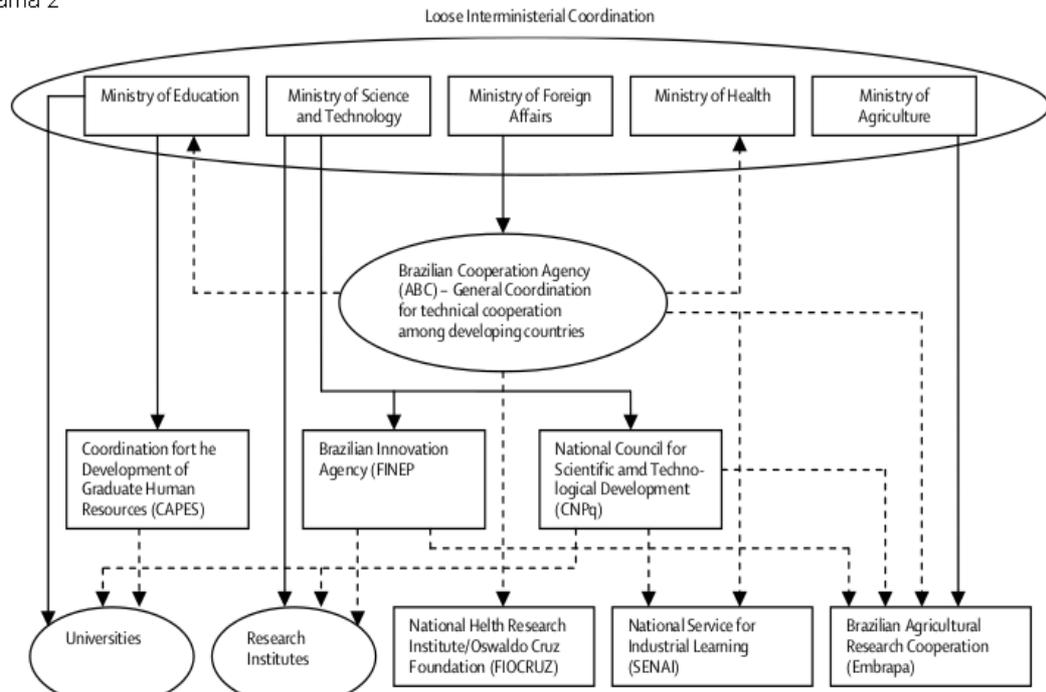
### **5.3 Os Limites da Cooperação Brasileira Para o Desenvolvimento**

O discurso oficial do Governo Brasileiro, apesar de positivo e otimista, precisa passar por um crivo mais crítico, analisando de que forma há limites operacionais e estruturais, quais impactos esses limites oferecem para o futuro da CSS, e como mitigar essas estrangulações, garantindo um futuro possível para a cooperação protagonizada pelo Brasil.

Apesar da ABC possuir um caráter inovador, e concentrar a maioria das ações brasileiras para a cooperação, percebe-se ainda uma coordenação difícil, e há imensa difusão nas atividades. Esse fato deve-se basicamente pela participação de diversos atores das mais diferentes áreas, somado a uma falta

planejamentos estratégicos que sejam coerentes e compreensivos, demonstrado através do Organograma 2, onde percebe-se justamente essa diversidade de atores e áreas de cooperação.

Organograma 2



Fonte: Sousa (2010)

Segundo Cabral e Weinstock (2010), um dos maiores entraves é o fato de que apesar do crescente número de projetos, a ABC conta com um quadro de funcionário considerado insuficiente para a demanda, contando com 160 colaboradores no Brasil, sendo que desses 160, 100 são responsáveis por gerenciar mais de 400 projetos na área da CSS em mais de 58 países (ABC, 2012). Parte dos funcionários são cedidos pelo PNUD, e outra parte são de diplomatas cedidos pelo MRE, levando a um quadro defasado em especialistas da CID e áreas semelhantes. Vale ainda ressaltar o fato de que a maioria dos técnicos que fazem parte dos Projetos da ABC são cedidos por outros órgãos,

centralizando as ações de planejamento e estratégia nos cargos diretivos.

Sousa (2010) afirma que há tendências no sentido de aumentar o profissionalismo das pessoas envolvidas com a cooperação. Cada vez mais estão sendo fortalecidos os orçamentos e programas para cooperação no âmbito regional e também no âmbito dos PALOP. Essa é uma tendência que deve se consolidar ainda mais ao longo dos anos, caso haja uma continuidade política por parte do próximo presidente e também do MRE.

Uma proposta para a reforma institucional da ABC já foi enviada ao MRE, e inclui elementos como a criação de planos de carreiras para profissionais envolvidos na cooperação internacional para o desenvolvimento, maior autonomia para a ABC, até atingir o status de uma agência independente na prática, a formulação de mecanismos que efetivamente concedam à ABC flexibilidade operacional e a capacidade de executar plenamente os seus projetos. O MRE encontra certa resistência na sua proposta, uma vez que as políticas executadas através da ABC já foram explicitadas como uma extensão da política externa do país, e assim devem seguir sob a tutela do MRE.

Cabral e Weinstock (2010) citam ainda outro problema que afeta de maneira negativa os arranjos institucionais para a cooperação brasileira. Todo o embasamento jurídico que existe atualmente na legislação é para um país receptor de cooperação internacional, e não como doador, patamar que o Brasil atualmente ocupa. Dessa forma, com leis específicas já defasadas no tempo, o Brasil legalmente só está apto a receber fundos. Uma das formas encontradas para contornar essa dificuldade é utilizar o PNUD e outras organizações como agências executoras, tendo uma das coordenações da

ABC como parceira envolvida, sendo responsável por parte da contrapartida. Sendo assim, fica a cargo do PNUD ou de outras organizações toda a parte de contratação e alocação de recursos para ações no exterior. Em grande parte, outro fator que contribui para esse estrangulamento é o fato de que a ABC é uma agência virtual, não existindo de fato, sendo que constitui oficialmente parte do MRE, do Governo Federal do Brasil.

De forma resumida, o papel das instituições brasileiras envolvidas no processo de cooperação técnica é a de transferir conhecimentos, bem como manter o pagamentos aos profissionais e técnicos que são cedidos para os projetos a serem executados.<sup>10</sup>

Existe também uma grande deficiência nos projetos da cooperação brasileira em relação a falta de monitoramento e avaliação dos resultados finais, bem como a eficácia real durante o seu desenvolvimento. Grande parte, não incorpora esse viés, não avaliando corretamente o seu impacto. Isso deve-se em grande parte pela falta de capacidade institucional, tanto da ABC quanto das outras organizações e países envolvidos. Tanto é, que o relatório oficial da cooperação brasileira só foi lançado em Dezembro de 2010, e incorpora apenas os anos de 2005 a 2009, sendo que o Brasil afirma oferecer cooperação desde o final dos anos 90.

Também em consonância a esse problema está a falta de documentação e publicações oficiais acerca dos projetos de CTPD, onde o Brasil é doador. Muitas vezes, existem apenas relatórios descritivos, onde

---

<sup>10</sup> Os técnicos cedidos de outras estruturas, não recebem nenhum aumento salarial por fazer parte de um projeto de cooperação técnica, mantém-se o mesmo *status*, apenas alocado em diferentes localidades por suas respectivas organizações.

expõe-se os atores envolvidos, objetivos e atividades desenvolvidas, quando o ideal deveria ser além do mencionado, também descrever os impactos, desafios, dificuldades encontradas, etc.

Diversos autores já haviam notado a debilidade de uma coordenação geral para tratar da sistematização de dados e referências na Cooperação Sul-Sul. (Manning 2006, CEPAL 2010, ECOSOC 2008, Sousa 2010 e Schlager 2007)

Apesar do seu novo posicionamento, o Brasil continua sendo rígido em relação aos seus princípios, e torna-se um parceiro difícil de trabalhar. Como consequência do seu princípio de não interferência, o Brasil enfatiza constantemente que o seu programa de cooperação para o desenvolvimento não está ligado a condicionais políticas. Esta posição também é refletida em suas críticas às Declarações de Paris e também à Agenda de Accra<sup>11</sup>. Ainda assim o Brasil é signatário da Declaração de Paris, mas alega que somente assinou como país beneficiário.

De acordo com o relatório do Third High Level Forum of Aid Effectiveness em setembro de 2008 em Accra, o Brasil inicialmente se recusou a assinar a declaração. Os diplomatas brasileiros expressaram relutância em relação a uma agenda e princípios que perpetuavam a relação Norte x Sul, enquanto enfatizava a necessidade de se diferenciar essa primeira modalidade e a CSS. De acordo com sua perspectiva, a Cooperação Norte x Sul fica

---

11 Ambos os encontros tiveram como temática avaliar a efetividade e real eficácia da assistência internacional, para maiores detalhes pode-se consultar <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/parisdeclarationandaccraagendaforaction.htm>

caracterizada pelas relações desiguais entre doadores e receptores, enquanto os representantes do Brasil reiteravam o caráter horizontal da CSS, reforçando a noção de uma relação mais igual entre doadores e receptores, defendendo a troca de experiência positivas e apoiando o desenvolvimento de capacidades locais. Finalmente, a Accra Agenda for Action foi aprovada, e não obstante pela insistência do Brasil, incluiu parágrafos específicos tratando da Cooperação Sul x Sul, diferenciando-a da tradicional cooperação, ao mesmo tempo que orientava o seguimento dos princípios da Declaração de Paris.

Definir o que venha a ser CSS é uma tarefa difícil, uma vez que é difícil conceituar o Sul como um só, visto que o Sul não é homogêneo (CEPAL, 2010) e trata-se de realidades locais muito distintas umas das outras.

Ainda que a importância do espaço da CSS venha aumentando, é preciso ter em conta que o volume de assistência oferecida pelos países em desenvolvimento é ínfimo se comparado aos doadores tradicionais (ECOSOC, 2008, p.10) e que atualmente o Brasil possui um pequeno impacto em termos quantitativos na cooperação internacional para o desenvolvimento, mas mesmo assim faz exigências e constrói barreiras que não condizem com a sua colaboração.

Um dos questionamentos que deve-se fazer é em relação ao declínio da cooperação bilateral, relacionado esse fator com o futuro da CSS. Claramente existe uma relação direta entre ambas, uma vez que a CSS deriva da cooperação bilateral tradicional, e ainda não há a certeza de que o Brasil já possui instituições e capacidades consolidadas, ou se ainda é dependente de tecnologia e experiências que historicamente foram construídas e ajudaram o

Brasil a alcançar o atual patamar.

Ainda que há diversas mudanças e atualizações em curso, há muito a ser feito pela ABC, tornando-a mais sistemática e estratégica, maximizando os pontos positivos que advém da realidade do país, ao mesmo tempo que enfrenta e propõe-se a alterar aquilo que pode vir maximizar a eficácia e eficiência das suas ações. Dentre essas medidas podemos citar:

1- Criar uma linha de diálogo mais horizontal com os países receptores da cooperação brasileira, ouvindo de fato as suas necessidades, e não somente de maneira retórica.

2- Buscar uma aproximação metodológica e operacional de outras agências internacionais de cooperação que já se consolidaram como experiências de sucesso.

3- Re-avaliar o modelo da ABC. Existem outras formas de cooperação além da técnica, como a trilateral, ou ainda a descentralizada, que já obtiveram resultados positivos em outros países e podem ser alternativas viáveis.

4- Formalizar a carreira de técnico da ABC, contando com um quadro próprio de especialistas e profissionais da área, que tenham formação e experiência na área, conferindo ainda mais legitimidade ao processo.

5- Incorporar nos projetos etapas de avaliação e monitoramento, fazendo possivelmente um link com indicadores globais de desenvolvimento.

#### **5.4 A Cooperação Brasileira na Atualidade: Discurso x Prática**

Contextualizando em torno das novas notícias que surgem acerca da cooperação brasileira, em matéria veiculada na Folha de São Paulo no dia 17

de Julho do 2013, o anúncio da criação de uma nova agência de cooperação e comércio para África e América Latina, feito pela presidente Dilma Rousseff em viagem à Etiópia no fim de maio de 2013, evidencia uma nova linha de ação ambiciosa do Governo Federal, levando a um quadro de incertezas em relação ao futuro da ABC, e sua relação com o MRE.

Ainda não há nenhuma definição, e não se sabe o que vai acontecer com o atual modelo que sempre foi um dos principais itens na pauta da Política Externa desenvolvida durante os dois mandatos do Presidente Lula. Dilma disse que pretende usar a nova agência "para viabilizar investimentos" e sugeriu que ela poderia não ficar mais sob a tutela da Chancelaria brasileira.

Este anúncio causa um certo temor na comunidade internacional e nos profissionais da área da CID, uma vez que de maneira sucinta, há uma proposta para unir sob a égide de uma mesma agência a promoção de investimentos e a cooperação técnica, pondo em xeque um dos princípios norteadores das parcerias com os países em desenvolvimento, que seria a cooperação desinteressada, ou uma cooperação que possui obviamente objetivos, mas nenhum deles de cunho econômico ou comercial. Pode-se questionar ainda o passado da CTPD brasileira em África, uma vez que desde 2003, as exportações do país para a região, especialmente para os PALOP, cresceram de maneira exponencial, aumentando de forma significativa o interesse de empresas brasileiras..

Segundo o ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, em depoimento à Folha de São Paulo, "é possível que haja confusão de objetivos e de missão. Tal qual a ABC funciona hoje, o Brasil está realmente prestando

uma cooperação solidária, interessada apenas na projeção do país".

Nota-se uma idéia de que a ABC passe a gerar resultados econômicos, atrelando possivelmente o fornecimento de CTPD à contratação de empresas brasileiras, ou ainda à compra de equipamento de produzidos por indústrias brasileiras, alterando completamente os paradigmas propostos, levando a uma revisão do modelo que vem sendo divulgado como inovador e diferente do que vinha sendo praticado historicamente pelos países do norte.

De maneira contraditória ao que sempre foi proposto, o diretor da ABC, Fernando Abreu, acha "tecnicamente possível" ter investimento e cooperação num só órgão sem conflito de interesses.

Outro caso que merece ser explicitado, e que também corrobora as críticas feitas à cooperação brasileira, é o da emergência humanitária de refugiados Haitianos no estado brasileiro do Acre.

O Brasil busca reconhecimento internacional pelo seu protagonismo no Haiti, através das missões humanitárias e através da sua participação na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti – MINUSTAH, mas ao mesmo tempo esconde da opinião pública situações como esta.

A Conectas, uma ONG que atua no Brasil e busca a promoção e garantia dos Direitos Humanos de maneira plena, fez uma visita entre 4 e 6 de Agosto de 2013 ao campo de refugiados em Brasiléia, cidade do Acre, localizada perto da fronteira com a Bolívia, onde vivem atualmente cerca de 830 refugiados, em quase totalidade haitianos, e encontraram situações desumanas e insalubres.

A Conectas relata que atualmente, os 830 refugiados vivem em um

espaço destinado a 200, mais do que quatro vezes a capacidade total, e todos os dias há novas pessoas chegando. Não existem as mínimas condições de higiene, não há esgotamento e muito menos acesso a água mineral, ou ainda água encanada. Os refugiados dormem no chão ou em camas improvisadas, muitas vezes sobre os outros, proliferam doenças tropicais e a desnutrição entre as crianças, e sobram críticas ainda ao número de funcionários responsáveis pelo acampamento, qualidade da comida e outras.

Enquanto percebe esse quadro, o Governo Federal utiliza-se de um jogo de palavras entre refúgio e migração para atenuar a sua responsabilidade face ao problema. Segundo a Conectas, todos os residente do campo possuem um visto de solicitante de refúgio, orientados pelo próprio Governo Federal. Esse visto tem validade por 6 meses e deve ser renovado por 6 meses mais, após esse prazo, é fato notório de que terão os vistos negados ao final do período, e esse arranjo político procura apenas admitir temporariamente os haitianos, uma vez que a lei brasileira proíbe a deportação imediata de solicitantes de refúgio.

Casos como este só reforçam, e demonstram que de fato há muito mais discurso do que prática envolvida na cooperação brasileira.

## **6. CONCLUSÃO**

Após a análise feita ao longo desse trabalho, percebe-se que cada vez mais os países em desenvolvimento assumem um protagonismo dentro do contexto da cooperação internacional, não mais tendo um papel vertical, mas sim um papel horizontal, onde todos trabalham em parceria visando o crescimento e desenvolvimento de capacidades próprias nos países envolvidos no processo.

O Brasil não só aceita e assume esse papel, como também desenvolve políticas inovadoras nessa área, captando mais parceiros e recursos, e despertando cada vez mais o interesse de possíveis países recipiendários para projetos de troca de experiências e de práticas positivas, apoiando-se em estruturas internas de sucesso como a FIOCRUZ, EMBRAPA, Programa de Combate ao SIDA/HIV e até das políticas sociais inclusivas como o Bolsa Família.

De certa forma, o Brasil seguiu uma tendência natural em seu novo posicionamento no contexto internacional, que era um resultado já esperado pela ajuda internacional que foi prestada durante vários anos: a criação de capacidades próprias e a reprodução das mesmas, que é um dos objetivos da cooperação internacional, caracterizando um movimento cíclico, onde se espera que dentro de alguns anos, novos atores surjam como protagonistas da cooperação.

Apesar de uma visão positiva estabelecida ao longo do trabalho, muitas dificuldades são percebidas dentro da cooperação brasileira, principalmente pela falta de recursos oferecidos pelo Governo Federal, falta de profissionais

de carreira qualificados, e também pela falta de maturidade de muitas esferas da administração pública que ainda não percebem o valor advindo dessas práticas. Apesar disso tudo, os casos apresentados mostram o sucesso do caso brasileiro na cooperação técnica sul-sul.

Existe ainda um distanciamento entre o que é relatado de maneira oficial pela ABC e pelo Governo Federal através dos seus relatórios, que por si só são relativamente embrionários, e ainda carecem de maiores detalhes técnicos, e aquilo que realmente percebe-se na realidade, como nos dois casos expostos.

O Brasil almeja ter maior reconhecimento internacional, e o protagonismo a frente da nova cooperação Sul-Sul tem uma boa visibilidade entre os países que fazem parte dela diretamente, como os parceiros em África ou na América Latina, mas por parte dos doadores tradicionais e dos organismos multilaterais ainda há ceticismo em relação a essa nova modalidade, questionando até o fato de ser considerada nova, ou se é apenas a tradicional cooperação Norte-Sul, com uma diferente aparência, mas ainda seguindo as mesmas orientações e diretrizes que sempre nortearam a cooperação internacional.

Ainda assim, dentro da lógica vigente ao longo dos anos, a cooperação Sul-Sul torna-se uma opção real, pelo fato da capacidade de reprodução em realidades locais. Existe uma grande chance de que países como Angola, África do Sul, Nigéria assumam o protagonismo das relações dentro da África e com os países vizinhos dentro de alguns anos, pelas habilidades próprias que eles tenham desenvolvido, e que já podem ser replicadas em outros locais, práticas que na visão de alguns pode parecer insignificante diante da grandeza

dos problemas mundiais e da pobreza eminente nos países Africanos, mas que fazem a sua parte dentro de um contexto mais amplo, ajudando a modificar a realidade de milhares de pessoas, permitindo a cada uma delas caminhar com suas próprias pernas, não constituindo em um puro assistencialismo, mas sim em construções que perduram e se multiplicam ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, “CGPD - Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento”, Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGPD> (consultado em: 08 de Julho de 2013);

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, “Histórico da Cooperação Técnica Brasileira. Brasil”, Disponível em: <http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica> (consultado em: 10 de Julho de 2013);

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, “O Brasil e a Cooperação Técnica Internacional”, Disponível em: <http://www.abc.gov.br/obrasileacooperacao> (consultado em: 08 de Julho de 2013);

AZEVEDO AZI, Célia (2009), Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Aspectos Gerais da Teoria e a Experiência do Programa Ribeiro Azul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS;

CABRAL, Lídia; WEINSTOCK, Julia (2010), Brazilian Technical Cooperation for Development, Overseas Development Institute;

CAMPOS, Rodrigo (2012), Questões Conceituais e Metodológicas sobre os Estudos da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional, *Boletim de Economia e Política Internacional*, Vol. 11;

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina (2010), “Proceedings of Workshop on South-South Cooperation, Brasília, 30 de Março;

CERVO, Amado Luiz e BUENO, CLODOALDO (2002), História da Política Exterior do Brasil, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Coleção O Brasil e o Mundo, 2ª Edição;

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS (2013), “Brasil Esconde Emergência Humanitária no Acre”, Disponível em: <http://www.conectas.org/politica-externa/brasil-esconde-emergencia-humanitaria-no-acre> (consultado em: 17 de Julho de 2013);

DEGNBOL-MARTINUSSEN, John ; ENGBERG-PEDERSEN, Roul (2003), Aid: Understanding the International Cooperation”, Londres: Ed. Zed Books;

ECOSOC - Economic and Social Council (2008), Background Study for the Development Cooperation Forum. Trends in South-South Triangular Development Cooperation, United Nations Economic and Social Council;

FLECK, Isabel (2013), “Governo Mudará Agência de Cooperação”, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/119679-governo-mudara-agencia-de-cooperacao.shtml> (consultado em: 23 de Junho de 2013);

KEOHANE, R.O. (1984), After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy, Princeton University Press;

KRASNER, S.D. (1982), Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as intervening variables, *International Organization*, Vol. 36

MANNING, Richard (2006), “Will Emerging Donors Change the Face of International Cooperation?”, *Development Policy Review*;

MASLOW, Abraham (1997), *Future Visions: The Unpublished Papers of Abraham Maslow*, Sage Publications ;

MORAVCSIK, Andrew (2005), “The European Constitutional Compromise and the neofunctionalist Legacy”, *Journal of European Public Policy*, pp. 349-386;

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (2008), “Third High Level Forum for Aid Effectiveness”, Accra, OCDE;

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (2008), *The Story of Official Development Assistance: A History of the Development Assistance Committee and the Development Co-operation*, OCDE;

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2009), *Supporting South-South Cooperation in the Context of Aid Effectiveness*, PNUD;

PUBLICAÇÃO DE AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (2010), “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional:2005-2009”, Brasil, Ed. ABC;

PUBLICAÇÃO DE AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO VIA ABC, (2008), “A Cooperação Bilateral com América Latina”, Brasil, Ed. ABC;

PUBLICAÇÃO DE AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO VIA ABC, (2009), “A Cooperação Técnica com Países Desenvolvidos”, Brasil, Ed. ABC;

PUENTE, C.A.I (2010), *A Cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de Política Externa: A Evolução da Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento no período de 1995-2005*, Fundação Alexandre Gusmão;

ROSSI, Amanda (2011), “Brasil, um país doador”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=910&PHPSESSID=099cbc670a7e8a6c998a4f532aaf76c9> (consultado em 30 de Março e 20 de Abril de 2013);

SACHS, Ignacy (1994), “Em Busca de Novas Estratégias de Desenvolvimento”, *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, Vol.9, nº 25;

SARFATI, Gilberto (2006), *Teorias de Relações Internacionais*, Ed. Saraiva, São Paulo;

SCHLAGER, Catrina (2007), “New Power For Global Change? Challenges for Development Cooperation: The Case of Brasil”, *Friedrich Ebert Stiftung Briefing Paper*, Vol. 3;

SOUSA, Sarah-Lea (2010), *Brazil as an Emerging Actor in International Development Cooperation: A Good Partner for European Donors?*, Deutches Institut Fur Entwicklungspolitik;

UN - United Nations (2010), *International Development Cooperation Report*, New York, UN.